

Visão – Consultoria e Perícia Ltda.
perícias judiciais, pareceres técnicos, administração e intervenção judicial,
gestão de processos judiciais e extrajudiciais

VALDECIR MOKWA – Administrador Judicial
Av. Brasil, 1447, sala - b – Maringá – PR
CEP 87.050-000 – Fone 44 – 3262-9730
e-mail: valdecir@visoadmpericia.com.br

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DA VARA CÍVEL DE GRANDES RIOS - SEÇÃO
JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARANÁ**

Autos de Falência nº: 0000246-55.2016.8.16.0085
Réu: LATICÍNIO ROSARIO DO IVAÍ LTDA

VALDECIR MOKWA, Administrador Judicial, já qualificado nestes autos, vem, com o devido respeito à presença de Vossa Excelência, em atenção à intimação retro, **manifestar** conforme segue.

De início, este Administrador apresenta breve síntese/relatório dos autos até o momento:

- **Relatório dos autos:**

Em 10 de março de 2016 (mov. 1) foi apresentado pedido de falência pelo Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados Multisetorial Prévia em face do requerido Laticínio Rosario do Ivaí Ltda.

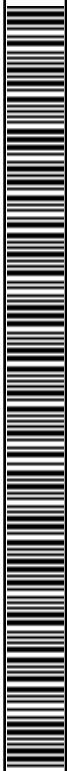
Citado, o Requerido apresentou contestação em 21 de junho de 2016 (mov. 20).

Em 01 de dezembro de 2016, o autor apresentou réplica (mov. 23).

Em 11 de janeiro de 2017, as partes foram intimadas para especificação das provas que pretendiam produzir (mov. 24)

Em 15 de agosto de 2017 – mov. 42.1 dos autos, o Requerente apresentou manifestação sobre as alegações de ausência documental apresentada pelo Requerido.

*Em 13 de dezembro de 2017 – mov. 44.1, foi proferida sentença **decretando a falência** do Requerido Laticínio Rosario do Ivaí Ltda., determinando: **a)** a suspensão de todas as ações ou execuções contra o falido; **b)** a apresentação pela falida da relação nominal de credores; **c)** O prazo de 15 dias para que eventuais credores apresentem declarações ou documentos justificativos dos créditos; **d)** A expedição de ofício ao Registro de Imóveis sobre a existência de bens registrados em nome da falida; **e)** A expedição de ofício à Junta Comercial a fim de que proceda à anotação da falência no registro da devedora, constando a expressão Falido, a data de decretação da falência e a inabilitação de que trata o art. 102 da Lei 11.101/05; **f)** a intimação do autor para que informe o interesse em assumir o encargo de síndico da massa; **g)** a intimação das*



Visão – Consultoria e Perícia Ltda.

perícias judiciais, pareceres técnicos, administração e intervenção judicial,
gestão de processos judiciais e extrajudiciais

VALDECIR MOKWA – Administrador Judicial
Av. Brasil, 1447, sala - b – Maringá – PR
CEP 87.050-000 – Fone 44 – 3262-9730
e-mail: valdecir@visaoadmpericia.com.br

Fazendas Públicas Federal, do Estado e do Município, por carta, para que tomem conhecimento da falência ora decretada; h) a intimação do Ministério Público; i) a publicação de edital contendo a íntegra da decisão e a relação de credores.

Em 14 de fevereiro de 2018, a falida interpôs recurso de apelação (mov. 50).

Em 12 de abril de 2018, o Autor apresentou manifestação requerendo a necessidade imediata de que fosse dado cumprimento às determinações contidas em sentença, visto que o recurso de apelação interposto pela falida não possui efeito suspensivo. (mov. 51).

Intimado, o autor deixou de apresentar contrarrazões do recurso de apelação.

Em 29 de março de 2019, os autos foram remetidos para área recursal (mov. 64).

Em 25 de setembro de 2019 foi juntado acórdão que julgou pelo não conhecimento do recurso, tendo em vista que o recurso cabível à sentença que decreta falência é o agravo de instrumento (mov. 66).

Em 04 de dezembro de 2020 – mov. 87.1, os autos foram equivocadamente remetidos para baixa pela Secretaria.

Em 28 de junho de 2021, o autor se manifestou requerendo o cumprimento das determinações contidas em sentença e o desarquivamento dos autos (mov. 91).

Em 10 de dezembro de 2021 – mov. 94.1, foi proferida decisão que determinou que a Secretaria certificasse o integral cumprimento das diligências contidas na sentença de mov. 44.

Em 11 de janeiro de 2022 – mov. 97, 98 e 99, foi realizado a expedição de ofícios pela Secretaria para fins de comunicar o Registro de Imóveis de Grandes Rios, a Junta Comercial e a intimação do Ministério Público.

Em 12 de janeiro de 2022 – mov. 104, o escrivão informou que por equívoco os autos foram arquivados.

Os representantes das Fazendas Públicas foram intimados via PROJUDI (movs. 105, 106 e 107).

Em 26 de janeiro de 2022 foi juntado comprovante de certidão emitido pela JUCEPAR constando a situação da empresa como “Falida” (mov. 113).



Visão – Consultoria e Perícia Ltda.

perícias judiciais, pareceres técnicos, administração e intervenção judicial,
gestão de processos judiciais e extrajudiciais

VALDECIR MOKWA – Administrador Judicial
Av. Brasil, 1447, sala - b – Maringá – PR
CEP 87.050-000 – Fone 44 – 3262-9730
e-mail: valdecir@visaoadmpericia.com.br

Em 27 de janeiro de 2022, a falida apresentou Embargos de Declaração da decisão de mov. 94.1, requerendo a nomeação de administrador (mov. 114).

Em 07 de março de 2022 foi apresentada manifestação pelo Procurador do Estado do Paraná, informando que iria realizar providências para fins de anotação no cadastro fiscal da falida sobre sua condição jurídica atual e apresentou relatório de pendências da falida perante o Estado do Paraná (mov. 118).

Em 07 de março de 2022 – mov 119.2 - foi apresentado pela União os relatórios/extratos de débitos da falida.

Em 19 de abril de 2022 foi proferida decisão nomeando este Administrador Judicial e solicitando que a falida cumprisse integralmente o mov. 94 (mov. 121).

Em 10 de junho de 2022 foi apresentada petição pela falida requerendo a extinção desta falência em virtude da aplicação do artigo 158, V da Lei de Falências e decurso superior a 3 anos após a decretação da falência (mov. 137).

Em 08 de janeiro de 2023 – mov. 161, foi proferida decisão indeferindo o pedido da falida.

Em 01 de março de 2023 – mov. 164, foram opostos embargos de declaração contra a decisão de mov. 161 pela falida.

Em 19 de maio de 2023 – mov. 176, foi proferida decisão rejeitando os embargos de declaração opostos.

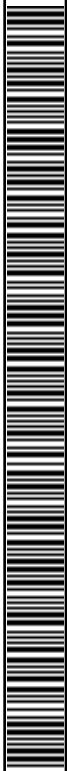
Em 16 de junho de 2023 – mov. 184, foi interposto agravo de instrumento pela falida em face da decisão de mov. 161.

Em 21 de agosto de 2023 – mov. 197, foi apresentada manifestação pelo Administrador informando dia e hora para entrega dos documentos pela falida, contudo, o contador não apresentou os documentos na data informada.

É a síntese.

1) DOS DOCUMENTOS ENTREGUES E FALTANTES

Decorrido prazo inicialmente acordado para entrega dos documentos, na data de 13 de dezembro de 2023 o contador da falida Flávio Jose M. Musiau compareceu presencialmente e apresentou **parcialmente** os documentos requeridos por este Administrador. Motivo pelo qual, foi solicitado a este r. Juízo (mov. 223) a concessão



Visão – Consultoria e Perícia Ltda.

perícias judiciais, pareceres técnicos, administração e intervenção judicial,
gestão de processos judiciais e extrajudiciais

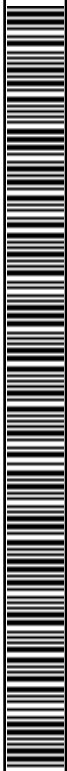
VALDECIR MOKWA – Administrador Judicial
Av. Brasil, 1447, sala - b – Maringá – PR
CEP 87.050-000 – Fone 44 – 3262-9730
e-mail: valdecir@visaoadmperencia.com.br

de prazo adicional para que aquele apresentasse o restante da documentação solicitada.

Novamente comunicado, o contador da falida apresentou alguns outros documentos faltantes, colacionados integralmente em anexo e relacionados abaixo:

DOCUMENTAÇÃO RECEBIDA

Declaração de fisco contábil 2014;
Declaração de fisco contábil 2015;
Declaração de fisco contábil 2016;
Livros fiscais de entrada e saída do período 04/2016 a 12/2016;
Livros fiscais de entrada e saída do período 01/2017 a 12/2017;
Livros fiscais de entrada e saída do período 01/2018 a 12/2018;
Livros fiscais de entrada e saída do período 01/2019 a 12/2019;
Livros fiscais de entrada e saída do período 01/2020 a 12/2020;
Livros fiscais de entrada e saída do período 01/2021 a 12/2021;
Livros fiscais de entrada e saída do período 01/2022 a 12/2022;
Livros fiscais de entrada e saída do período 01/2023 a 11/2023;
Relatório de registro de empregados;
Contrato Social;
1ª alteração de Contrato Social;
2ª alteração de Contrato Social;
3ª alteração de Contrato Social;
4ª alteração de Contrato Social;
5ª alteração de Contrato Social;
6ª alteração de Contrato Social;
7ª alteração de Contrato Social;
8ª alteração de Contrato Social;
9ª alteração de Contrato Social;
10ª alteração de Contrato Social;
11ª alteração de Contrato Social;
12ª alteração de Contrato Social;
13ª alteração de Contrato Social;
14ª alteração de Contrato Social;
Relatório de pagamento de folha de salário do período de 2016;
Relatório de pagamento de folha de salário do período de 2017;
Relatório de pagamento de folha de salário do período de 2018;
Relatório de pagamento de folha de salário do período de 2019;
Relatório de pagamento de folha de salário do período de 2020;
Relatório de pagamento de folha de salário do período de 2021;
Relatório de pagamento de folha de salário do período de 2022;
Relatório de pagamento de folha de salário do período de janeiro a novembro de 2023;
DFC emitido no site da Sefaz/PR 2014;
DFC emitido no site da Sefaz/PR 2015; e
DCF emitido no site da Sefaz/PR 2016.



Visão – Consultoria e Perícia Ltda.
perícias judiciais, pareceres técnicos, administração e intervenção judicial,
gestão de processos judiciais e extrajudiciais

VALDECIR MOKWA – Administrador Judicial
Av. Brasil, 1447, sala - b – Maringá – PR
CEP 87.050-000 – Fone 44 – 3262-9730
e-mail: valdecir@visaoadmpericia.com.br

DOCUMENTAÇÃO FALTANTE

Livros fiscais de entrada e saída do período 12/2023;

Balanco Patrimonial e DRE 2014;

Balanco Patrimonial e DRE 2015;

Balanco Patrimonial e DRE 2016;

Balanco Patrimonial e DRE 2017;

Balanco Patrimonial e DRE 2018;

Balanco Patrimonial e DRE 2019;

Balanco Patrimonial e DRE 2020;

Balanco Patrimonial e DRE 2021;

Balanco Patrimonial e DRE 2022;

Balanco Patrimonial e DRE 2023;

Relação de Faturamento 2014;

Relação de Faturamento 2014;

Relação de Faturamento 2015;

Relação de Faturamento 2016;

Relação de Faturamento 2017;

Relação de Faturamento 2018;

Relação de Faturamento 2019;

Relação de Faturamento 2020;

Relação de Faturamento 2021;

Relação de Faturamento 2022;

Relação de Faturamento 2023;

Relação de Imobilizado;

Relação de Contas a Receber;

Relação de Contas a Pagar;

Certidão Negativa Municipal;

Certidão Negativa Estadual;

Certidão Negativa Federal;

Certidão Negativa de Títulos do Cartório de Títulos e Documentos; e

Movimentação bancária da empresa.

2) DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS

Com relação aos documentos contábeis entregues pelo contador da falida, ressaltamos que foram entregues todas as declarações fiscais obrigatórias, com exceção da DRE de 2019 à 2023, documentos esses obrigatórios para empresas do lucro presumido, que é o caso da falida.

Os demais documentos faltantes, apesar de não obrigatórios, são importantes para que seja possível identificar com precisão o faturamento, os imobilizados, as contas a pagar e a receber para composição do quadro de credores, além da movimentação bancária da falida.



Visão – Consultoria e Perícia Ltda.
perícias judiciais, pareceres técnicos, administração e intervenção judicial,
gestão de processos judiciais e extrajudiciais

VALDECIR MOKWA – Administrador Judicial
Av. Brasil, 1447, sala - b – Maringá –PR
CEP 87.050-000 – Fone 44 – 3262-9730
e-mail: valdecir@visoadmpericia.com.br

Assim, em análise dos documentos entregues, foi possível identificar que a empresa teve um crescimento exponencial do seu faturamento **após a decretação da falência** em 13/12/2017 (mov. 44), além de que, através dos documentos fiscais, identificou-se que a mesma continua ativa e operando, ainda que tenha sido decretada sua falência. Ressalta-se que somente no ano de 2023, a falida teve **lucro bruto estimado** de **R\$ 43.752.484,34 (quarenta e três milhões, setecentos e cinquenta e dois mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e trinta e quatro centavos)**, conforme se evidencia abaixo:

Informações Levantadas:

PERÍODO	Faturamento	Despesas	Folha Pagamento	Lucro Bruto
2014	26.501.423,56	21.424.193,04	362.247,46	4.714.983,06
2015	6.566.927,06	7.240.791,02	235.178,19	-909.042,15
2016	6.100.871,30	4.665.351,47	112.915,01	1.322.604,82
2017	7.526.530,14	3.522.241,87	102.355,44	3.901.932,83
2018	11.362.752,33	3.601.819,92	97.364,16	7.663.568,25
2019	7.418.084,89	3.145.027,31	113.953,13	4.159.104,45
2020	7.687.959,05	2.990.263,81	120.165,20	4.577.530,04
2021	23.535.850,99	6.448.993,50	137.373,36	16.949.484,13
2022	64.759.051,79	23.149.153,14	121.543,68	41.488.354,97
2023	57.304.334,07	13.365.047,49	186.802,24	43.752.484,34

Ressaltamos que as informações acima não estão completas e são estimadas apenas pelos documentos que foram entregues e declarados, visto que, o mês de dezembro de 2023 não foram computadas as receitas, em razão da falta de entrega dos relatórios pelo contador. Por essa razão, o ano de 2022 ficou com um faturamento maior que o ano de 2023.

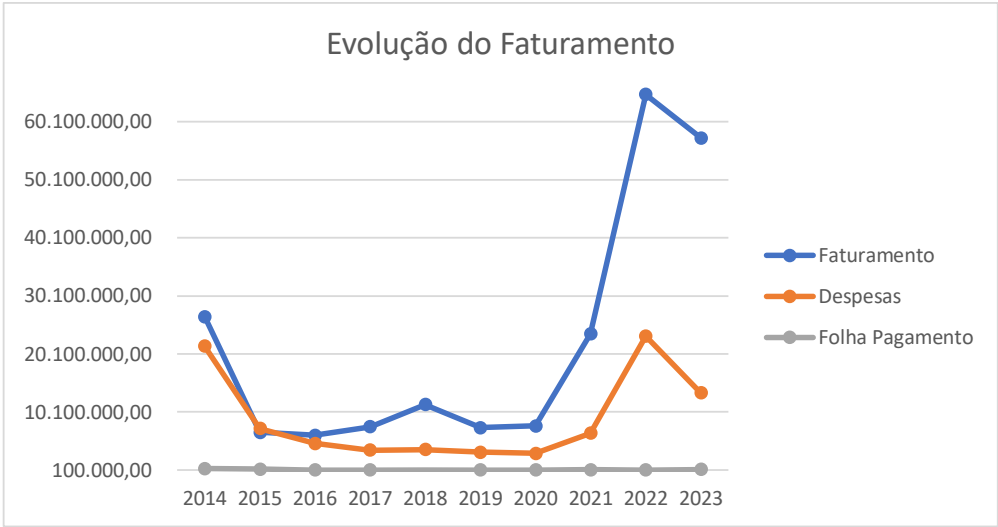
Com relação especialmente as despesas, como não houve apresentação dos Demonstrativos de Resultados do Exercício – DRE, assim toda a documentação que deveria respaldá-lo, a apuração do lucro líquido ficou comprometido.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: P46ZX RMS8D QKMVJ DB39K



Visão – Consultoria e Perícia Ltda.
perícias judiciais, pareceres técnicos, administração e intervenção judicial,
gestão de processos judiciais e extrajudiciais

VALDECIR MOKWA – Administrador Judicial
Av. Brasil, 1447, sala - b – Maringá –PR
CEP 87.050-000 – Fone 44 – 3262-9730
e-mail: valdecir@visaoadmpericia.com.br



Por conseguinte, verifica-se que a falida age em discordância à decretação de falência, considerando o disposto no artigo 102 e 103 da Lei 11.101/05:

Art. 102. O falido fica inabilitado para exercer qualquer atividade empresarial a partir da decretação da falência e até a sentença que extingue suas obrigações, respeitado o disposto no § 1º do art. 181 desta Lei.

Art. 103. Desde a decretação da falência ou do seqüestro, o devedor perde o direito de administrar os seus bens ou deles dispor.

Portanto, para fins de constatar as situações verificadas nos documentos entregues pelo contador, este Administrador compareceu no último dia 27/02, no estabelecimento da falida a fim de verificar se a mesma estava em funcionamento.

Assim, informamos ao r. Juízo, que a referida empresa está em funcionamento, contudo, **a estrutura do referido estabelecimento não condiz com o faturamento milionário constatados nos documentos fiscais apresentados.**

Além disso, apesar dos esforços, informamos que não foi possível identificar qual a destinação e/ou conta em que está sendo movimentado os valores milionários apurados nos documentos fiscais entregues. Portanto, há hipótese de fraude fiscal uma vez que não foi possível constatar os recolhimentos dos impostos federais e estaduais sobre a comercialização e faturamento, além de que pode estar ocorrendo movimentação de valores em contas de terceiros, o que poderá ser constatado junto as empresas adquirentes dos produtos comercializados pela falida.

Motivo pelo qual, este Administrador requer seja analisado, com urgência, por este r. Juízo as medidas e diligências necessárias diante de tal situação, além da análise da necessidade de lacração do estabelecimento, determinando-se por conseguinte avaliação e arrecadação dos bens, considerando que a falida continua operando em

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: P46ZX RMS8D QKMVJ DB39K

Visão – Consultoria e Perícia Ltda.
perícias judiciais, pareceres técnicos, administração e intervenção judicial,
gestão de processos judiciais e extrajudiciais

VALDECIR MOKWA – Administrador Judicial
Av. Brasil, 1447, sala - b – Maringá –PR
CEP 87.050-000 – Fone 44 – 3262-9730
e-mail: valdecir@visaoimpericia.com.br

crescimento exponencial, sem realizar pagamento dos credores. Assim como, requer o encaminhamento dos autos e respectivos documentos ao Ministério Público para análise de possível crime.

Ademais, este Administrador também obteve certidões judiciais dos feitos federais e municipais em face da falida. Portanto, constata-se que, somente na Justiça Federal, somam-se atualmente 14 execuções fiscais em andamento, conforme destaca-se abaixo e colaciona em anexo.

Rol de processos encontrados na pesquisa:

Número	Classe	Juízo
5000015-74.2016.4.04.7015	EXECUÇÃO FISCAL	PRLON07
5000126-36.2018.4.04.7032	EXECUÇÃO FISCAL	PRPGO03
5000182-69.2018.4.04.7032	EXECUÇÃO FISCAL	PRPGO03
5000354-11.2018.4.04.7032	EXECUÇÃO FISCAL	PRPGO03
5000364-55.2018.4.04.7032	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	PRFOZ02
5000858-39.2016.4.04.7015	EXECUÇÃO FISCAL	PRPGO03
5001177-82.2018.4.04.7032	EXECUÇÃO FISCAL	PRPGO03
5001293-88.2018.4.04.7032	EXECUÇÃO FISCAL	PRCCEF01
5001353-61.2018.4.04.7032	EXECUÇÃO FISCAL	PRPGO03
5001578-81.2018.4.04.7032	EXECUÇÃO FISCAL	PRPGO03
5001624-29.2015.4.04.7015	EXECUÇÃO FISCAL	PRLON07
5001649-42.2015.4.04.7015	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	PRMAR01
5001704-90.2015.4.04.7015	EXECUÇÃO FISCAL	PRLON07
5003368-33.2022.4.04.7009	EXECUÇÃO FISCAL	PRPGO03
5004096-66.2016.4.04.7015	EXECUÇÃO FISCAL	PRPGO03
5013774-50.2021.4.04.7009	EXECUÇÃO FISCAL	PRPGO03

3) DA INTIMAÇÃO DA FALIDA

Em decisão que decretou a falência (mov. 44), foi determinada intimação da falida para apresentar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, relação nominal dos credores, em cumprimento ao disposto no artigo 99, III da Lei 11.101/05:

III – ordenará ao falido que apresente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, relação nominal dos credores, indicando endereço, importância, natureza e classificação dos respectivos créditos, se esta já não se encontrar nos autos, sob pena de desobediência;

Ocorre que, até o momento a falida não cumpriu com a determinação, portanto, requer seja intimada novamente a falida para que cumpra a determinação de mov. 44, apresentando a relação nominal dos credores, a fim de tornar possível a expedição do edital e convocação dos credores, em cumprimento ao que dispõe o artigo 99, §1º da Lei 11.101/05.

Diante de todo o exposto, este Administrador apresenta, em anexo, toda documentação entregue pelo contador e, requer de V. Excia:

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: P46ZX RMS8D QKMVJ DB39K



Visão – Consultoria e Perícia Ltda.
perícias judiciais, pareceres técnicos, administração e intervenção judicial,
gestão de processos judiciais e extrajudiciais

VALDECIR MOKWA – Administrador Judicial
Av. Brasil, 1447, sala - b – Maringá – PR
CEP 87.050-000 – Fone 44 – 3262-9730
e-mail: valdecir@visaoadmperencia.com.br

- a) A análise deste Douto Juízo sobre todo exposto, determinando as medidas e diligências que julgar necessárias diante da situação constatada;
- b) O encaminhamento dos autos ao Ministério Público para conhecimento e análise, diante das evidências de possível crime cometido pela falida;
- c) A determinação de continuidade provisória das atividades da falida, sob fiscalização ou da lacração do estabelecimento, arrecadação e avaliação dos bens;
- d) A intimação do autor para manifestação; e
- e) A intimação da falida para que cumpra ao disposto na decisão de mov. 44, apresentando relação nominal de credores.

Termos em que,
Pede deferimento.

Maringá - PR, 06 de março de 2024

VALDECIR MOKWA
Administrador Judicial

